

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS N.º 08/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO No 04/2022

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 Pr, denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa S A ORGANIZE LTDA, inscrita no CNPJ n.º 12.986.302/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, 1405 - centro - Toledo-PR, neste ato representada pela sua sócia-administradora a Sra. SIRLENE RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, empresária, portadora da RG 4.986.451-5 SSP/PR e CPF n.º 896.783 209-59, com endereço na Rua Rui Barbosa, 1405 - centro - Toledo - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – do objeto - contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços de Orientação do processo gerencial dos bens patrimoniais, além da capacitação de servidor público usuário do sistema de patrimônio.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto a Dispensa de Licitação n.º 04/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

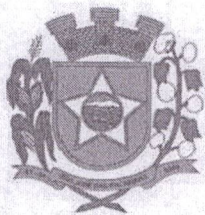
Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais) até término do contrato. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) em 06 parcelas mensais entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega do (s) produto (s) e/ou prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e relatório de execução dos serviços acompanhada dos seguintes documentos: 1)Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa 5) - Certidão Estadual; 6) Certidão Trabalhista.

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 22 de março de 2023, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	550	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1330	05.001.12.361.0004.2033	1C3	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	1490	05.001.12.365.0004.2035	1C4	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: A contratada deverá executar os serviços no máximo de 06 (seis) meses após assinatura do contrato..

Clausula Nona: O contratada deverá:

*Elaborar sugestões de Leis, decretos, portarias que se fizerem necessários e constituição de Comissões.

*Orientar a Equipe da Administração Patrimonial da Contratante que fará a aferição "in loco" (levantamento de campo)

*Elaborar sugestões de documentos necessários que serão utilizados pelo setor, para incorporação, baixa, transferência e demais movimentações.

*Elaboração de sugestões de classificação, localizações, medições e caracterização, ocupação de solo e coordenadas geográficas, com elaboração de mapa virtual de acordo com o PCASP dos bens móveis, imóveis e de Dominio Publico.

*Elaborar laudos para possíveis formas de avaliação dos bens móveis, imóveis e de dominio público.

Elaborar laudos para possíveis métodos de depreciação e vida útil dos bens móveis, imóveis e de dominio público.

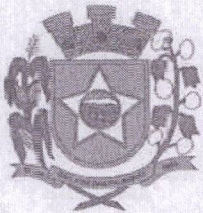
*Elaborar relatórios para que seja realizado a adequação de valores de todas as contas contábeis de acordo com o MCASP

*Treinamento para integrantes da administração patrimonial no NBCAP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público)

*Emissão, assinatura e resguardo dos termos de responsabilidade da fase de homologação e encerramento

*Emissão de inventário físico atualizado

B *\$*



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



*Registro de documentação de encerramento e homologação dos serviços

*Alinhar a metodologia de trabalho dentro de cinco dias após assinatura do contrato, montando o cronograma de trabalho

*Alimentação, transporte, traslado, hospedagem, entre outros, ocorrerão por conta da contratada.

*Durante a vigência do contrato os integrantes da administração patrimonial do município poderão entrar em contato com os responsáveis da contratada, por qualquer meio de comunicação para esclarecimento de dúvidas.

Cláusula Décima – O acompanhamento dos serviços ficará a cargo da Secretária de Administração em conjunto com a Secretaria de finanças e a Fiscalização a cargo da Servidora Isabela Aparecida Arbolea, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

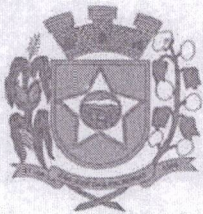
Cláusula Décima Primeira- Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

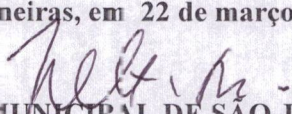
2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

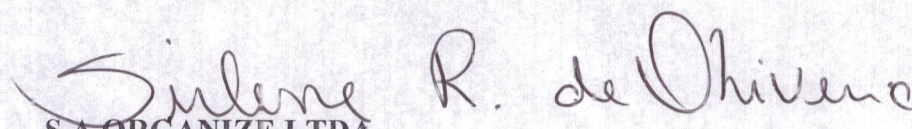
3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Terceira - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas

São José das Palmeiras, em 22 de março de 2022.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante


S A ORGANIZE LTDA
Contratada

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 08/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2022.**

OBJETO: contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços de Orientação do processo gerencial dos bens patrimoniais, além da capacitação de servidor público usuário do sistema de patrimônio.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

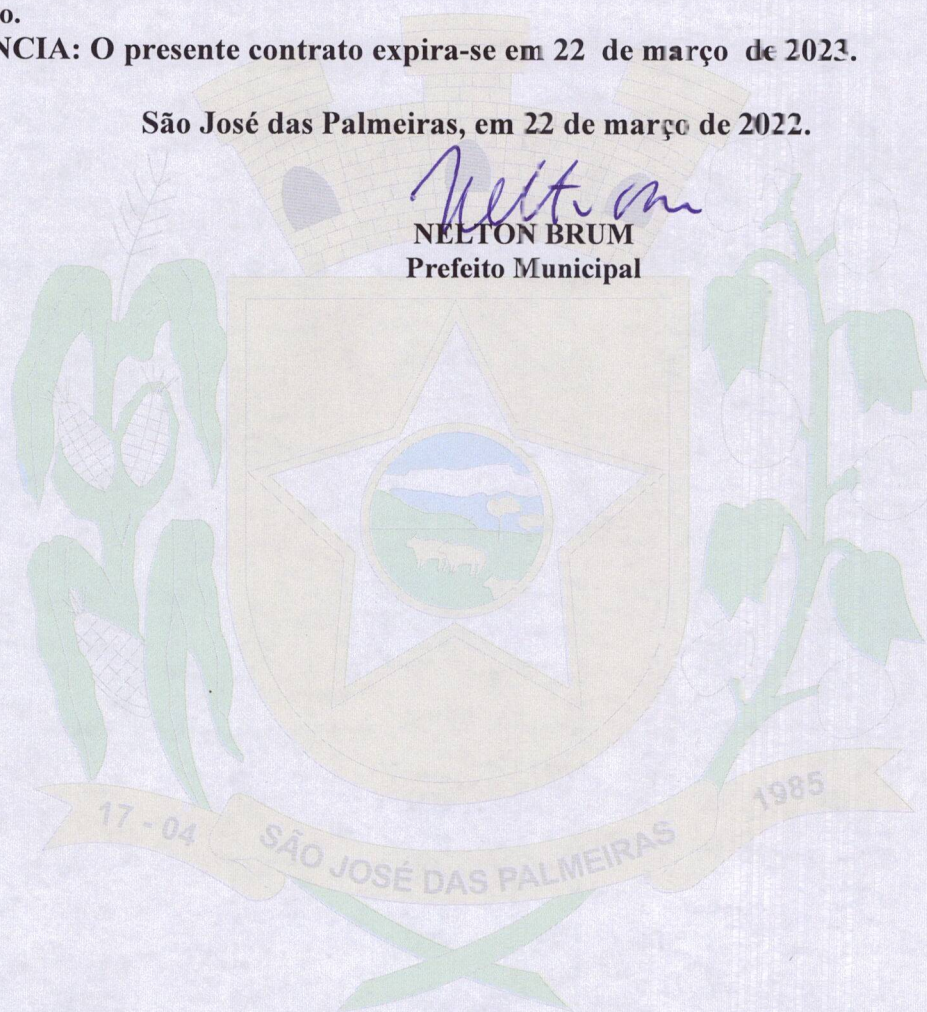
CONTRATADA: S A ORGANIZE LTDA

VALOR: R\$ 17.550,000 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 22 de março de 2023.

São José das Palmeiras, em 22 de março de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



Município de São José das Palmeiras - 2022
Mapa da Licitação
Processo dispensa 4/2022

Equipamento		Data julgamento: 22/03/2022		Data homologação:	
Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca	CNPJ: 12.986.302/0001-60
Lote 001 - Lote 001					
001 Contratação de empresa especializad	SERV	1,00	17.550,00 *		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			17.550,00		
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					

